

PROCESSO : **16.174-8/2011 (2 VOLUME)**  
INTERESSADO : **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA**  
ASSUNTO : **CONTAS ANUAIS – EXERCÍCIO DE 2011**  
RELATOR : **CONSELHEIRO VALTER ALBANO DA SILVA**

### RELATÓRIO – GESTÃO

Trata o processo das Contas Anuais de Gestão da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA**, referentes ao exercício de 2011, de responsabilidade do gestor **Pedro Paschoal Rodrigues Alvares**, submetido à análise deste Tribunal de Contas, em face da competência disposta no § 1º e do art. 31 da Constituição Federal, combinado com o art. 212 da Constituição Estadual e com o inc. II, do art. 1º, da Lei Complementar Estadual 269, de 29/01/2007.

**MR 128**

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA</b>	
<b>JULGAMENTOS PELO TCE-MT DE 2008 – 2010</b>	
Exercício 2008	julgar regulares, com recomendações e determinações legais e multar
Exercício 2009	julgar regulares, com determinações legais
Exercício 2010	julgar regulares, com recomendações e determinações legais e multar

Fontes: IBGE, JNEP, Site TCE MT

As referidas contas foram apresentadas com os demonstrativos contábeis assinados pelo gestor da Prefeitura Municipal de **Araguaiana**, e por profissional credenciado, o Sr. Amauri da Costa, Contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade (CRC-MT) sob o número 005991/O-0.

Durante o exercício analisado, o sistema de Controle Interno do município, ficou sob a responsabilidade do Senhor **Douglas Lafayett Ramalho** (fls. 106-125).

#### 1. PEÇAS DE PLANEJAMENTO

O Poder Executivo elaborou as três peças de planejamento – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) - e depois as enviou a este tribunal para registro, conforme a seguir:

PEÇAS DE PLANEJAMENTO	NÚMERO DO PROCESSO	NÚMERO DA LEI	DATA	AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	REGISTRO
PPA	1.238-6/2010	510/2009	16/12/09		27/04/10
LDO	4.962-0/2011	528/2010	08/07/10		11/10/11
LOA	3.662-5/2011	535/2010	24/12/10	20,00%	21/12/11

A LOA estimou a receita e fixou a despesa do Município em **R\$ 8.031.500,00** (oito milhões, trinta e um mil e quinhentos reais ), com autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 20% do orçamento, com a seguinte distribuição por órgão e entidade:

#### DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE

	VALOR	% DESP
Administração Direta	8.031.500,00	100,00%
Prefeitura Municipal	7.546.500,00	93,96%
Câmara Municipal	485.000,00	6,04%
Administração Indireta	0,00	0,00%
<b>Total Geral Fixado</b>	<b>8.031.500,00</b>	<b>100,00%</b>

A série histórica da Lei Orçamentária, no período 2008/2011, indica

que o Município vem aumentando a estimativa de suas receitas, conforme se pode observar:

<b>HISTÓRICO DO ORÇAMENTO</b>				
	<b>2008</b>	<b>0</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Receita Estimada	6.175.016,00	6.950.000,00	7.621.000,00	8.031.500,00
Variação %	-	12,55%	9,65%	5,39%

Fonte: Site TCE-MT

## 2. RECEITAS

As receitas efetivamente arrecadadas pelo Poder Executivo, totalizaram **R\$ 11.293.473,61** (onze milhões, duzentos e noventa e três mil quatrocentos e setenta e três reais e sessenta e um centavos).

A receita própria em relação ao total de receitas arrecadadas do município, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de **6,52%**, conforme demonstrado a seguir:

<b>RECEITA PRÓPRIA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>% (RECEITA PRÓPRIA/RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA)</b>
<b>Imposto</b>	<b>671.286,18</b>	<b>5,94%</b>
IPTU	13.411,75	0,12%
IRRF	140.907,99	1,25%
ISSQN	59.756,89	0,53%
ITBI	457.209,55	4,05%
<b>Taxa</b>	<b>7.889,13</b>	<b>0,07%</b>
<b>CIP (Contribuição de Iluminação Pública)</b>	<b>33.335,62</b>	<b>0,30%</b>
<b>Multa/Juros de Mora /Correção Monetária s/ Tributos</b>	<b>646,58</b>	<b>0,01%</b>
<b>Dívida Ativa Tributária</b>	<b>20.479,35</b>	<b>0,18%</b>
<b>Multa/Juros de Mora/Correção Monetária s/ Dívida</b>	<b>2.556,21</b>	<b>0,02%</b>

<b>Ativa Tributária</b>		
<b>Total</b>	<b>736.193,07</b>	<b>6,52%</b>

Fonte: Contas Anuais

A série histórica das receitas orçamentárias, no período 2008/2011, revela o crescimento na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
<b>Ano</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Receitas Orçamentárias	6.762.083,95	6.956.568,81	9.729.968,49	11.293.473,61
Variação %	-	2,88%	39,87%	16,07%
% de Receitas Próprias	9,61%	7,26%	4,23%	6,52%

Fonte: Site TCE-MT

## 2.1 Dívida Ativa

Durante o exercício, os créditos inscritos em Dívida Ativa aumentaram **19,43%** em relação ao estoque do exercício de 2010, enquanto a recuperação de créditos representou **13,99%** do mesmo saldo, conforme exposição a seguir:

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
Saldo do Exercício Anterior	297.386,79
Inscrições no Exercício	99.391,00
Cobrança e encampação	41.618,20
<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>355.159,59</b>
<b>% de acréscimo da Dívida Ativa</b>	<b>19,43%</b>
<b>% Recebimento da Dívida Ativa (Cobrança)</b>	<b>13,99%</b>

Fonte: Contas Anuais

A série histórica do saldo da Dívida Ativa, no período 2008/2011, indica crescimento relevante, conforme se pode observar:

<b>HISTÓRICO DO SALDO DA DÍVIDA ATIVA</b>				
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>

Saldo Dívida Ativa	201.180,46	234.823,80	297.386,79	355.159,59
Varição %	-	16,72%	26,64%	19,43%

Fonte: Site TCE-MT

## 2.2 RECEITA ORÇAMENTÁRIA - Comparativo das Informações (Processo de Contas Anuais, APLIC e LRF-Cidadão)

Foram constatadas divergências entre os dados registrados no processo de Contas Anuais do Poder Executivo e os valores informados por meio dos sistemas APLIC e LRF-CIDADÃO, conforme quadro a seguir:

Origens das Receitas	Contas Anuais	Informações Eletrônicas			
		Aplic	Diferença	LRF	Diferença
<b>Receitas Correntes</b>	<b>8.851.811,60</b>	<b>8.853.084,90</b>	<b>-1.273,30</b>	<b>10.139.111,21</b>	<b>-1.287.299,61</b>
Receita Tributária	679.175,31	679.175,31	0,00	585.479,16	93.696,15
Receita de Contribuição	33.335,62	33.335,62	0,00	27.639,04	5.696,58
Receita Patrimonial	37.230,59	37.230,59	0,00	27.853,94	9.376,65
Receita de Serviço	89.314,52	89.314,52	0,00	89.314,52	0,00
Transferências Correntes	7.953.098,68	7.954.371,98	-1.273,30	9.358.391,16	-1.405.292,48
Outras Receitas	59.656,88	59.656,88	0,00	50.433,39	9.223,49
<b>Receitas de Capital</b>	<b>2.441.662,01</b>	<b>2.441.662,01</b>	<b>0,00</b>	<b>2.321.662,01</b>	<b>120.000,00</b>
Transferências de Capital	2.441.662,01	2.441.662,01	0,00	2.321.662,01	120.000,00
<b>Total das Receitas</b>	<b>11.293.473,61</b>	<b>11.294.746,91</b>	<b>-1.273,30</b>	<b>12.460.773,22</b>	<b>-1.167.299,61</b>

Fonte: LRF, APLIC, Contas Anuais

## 3. DESPESAS

As despesas realizadas pelo Poder Executivo, no exercício, totalizaram **R\$ 10.852.431,76** (dez milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos), com a seguinte distribuição por função:

FUNÇÕES	DESPESA AUTORIZADA NA LOA (R\$)	DESPESA REALIZADA -MUNICÍPIO (R\$)	DESPESA REALIZADA -PODER EXECUTIVO (R\$)
01 - Legislativa	485.000,00	457.659,59	0,00
04 - Administração	1.514.374,00	1.683.633,51	1.683.633,51
08 - Assistência Social	701.100,00	568.898,40	568.898,40
10 - Saúde	1.569.897,00	1.967.646,33	1.967.646,33
11 - Trabalho	80.315,00	112.915,00	112.915,00
12 - Educação	2.122.773,06	2.132.068,50	2.132.068,50
13 - Cultura	103.000,00	136.965,30	136.965,30
15 - Urbanismo	445.335,94	1.205.869,19	1.205.869,19
16 - Habitação	10.000,00	1.817.629,52	1.817.629,52
17 - Saneamento	246.000,00	571.161,80	571.161,80
20 - Agricultura	75.000,00	43.499,82	43.499,82
21 - Organização Agrária	0,00	128.550,00	128.550,00
23 - Comércio e Serviços	96.370,00	51.100,00	51.100,00
26 - Transporte	236.020,00	160.275,22	160.275,22
27 - Desporto e Lazer	141.000,00	158.107,18	158.107,18
28 - Transporte/Estradas	60.000,00	0,00	0,00
29 - Encargos especiais	65.000,00	114.111,99	114.111,99
Reserva de Contingência	80.315,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 8.031.500,00</b>	<b>R\$ 11.310.091,35</b>	<b>R\$ 10.852.431,76</b>

Fonte: LOA, Contas Anuais

### 3.1. DESPESA ORÇAMENTÁRIA - Comparativo das Informações (Processo de Contas anuais, APLIC e LRF-Cidadão)

Os dados constantes do processo de Contas Anuais também apresentam divergência em relação aos valores informados por meio dos sistemas APLIC e LRF-Cidadão, conforme quadro a seguir:

Grupos de Despesas	Contas Anuais	Informações Eletrônicas			
		Aplic	Diferença	LRF	Diferença
<b>Despesas correntes</b>	<b>7.786.699,25</b>	<b>7.791.491,53</b>	<b>-4.792,28</b>	<b>7.775.809,25</b>	<b>10.890,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.141.674,12	4.145.976,30	-4.302,18	4.141.674,12	0,00

Outras Despesas Correntes	3.645.025,13	3.645.515,23	-490,10	3.634.135,13	10.890,00
<b>Despesas de Capital</b>	<b>3.065.732,51</b>	<b>3.065.732,51</b>	<b>0,00</b>	<b>114.111,99</b>	<b>2.951.620,52</b>
Investimentos	2.951.620,52	2.951.620,52	0,00	0,00	2.951.620,52
Amortização da Dívida	114.111,99	114.111,99	0,00	114.111,99	0,00
<b>Total das Despesas</b>	<b>10.852.431,76</b>	<b>10.857.224,04</b>	<b>-4.792,28</b>	<b>7.889.921,24</b>	<b>2.962.510,52</b>

Fonte: LRF, APLIC, Contas Anuais

#### 4. RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Comparando a **receita estimada** com a efetivamente **arrecadada**, verifica-se excesso de **40,61%** na arrecadação. A **despesa autorizada** comparada à **despesa realizada** apresenta uma economia orçamentária de **0,01%**, conforme se observa no quadro a seguir:

COMPARATIVO ENTRE ORÇADO E EXECUTADO - CONSOLIDADO			
Receita Prevista	8.031.500,00	Despesa Autorizada	11.311.731,00
Receita Arrecadada	11.293.473,61	Despesa Realizada	11.310.091,35
<b>Superávit na Arrecadação</b>	<b>3.261.973,61</b>	<b>Economia Orçamentária</b>	<b>1.639,65</b>
<b>% da prevista</b>	<b>40,61%</b>	<b>% da autorizada</b>	<b>0,01%</b>

Fonte: Contas Anuais

Na comparação das **receitas arrecadadas** com as **despesas realizadas**, constata-se **déficit** no resultado orçamentário equivalente a **0,15%** da receita, conforme demonstrado no seguinte quadro:

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	
Receita Arrecadada	11.293.473,61	01
Despesas Realizadas	11.310.091,35	41
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>-16.617,74</b>	<b>-4</b>
<b>Percentual da Receita</b>	<b>-0,15%</b>	<b>08</b>

Fonte: Contas Anuais

Ao analisar o resultado da execução orçamentária do poder

executivo, no período de 2008 a 2011, constatou-se déficit orçamentário, com exceção de 2008 e 2010, conforme demonstrado a seguir:

<b>HISTÓRICO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>				
	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Receita Arrecadada	6.762.083,95	6.956.568,81	9.729.968,49	11.293.473,61
Despesas Realizadas	6.472.652,44	10.114.045,99	7.818.036,79	11.310.091,35
Resultado Orçamentário	289.431,51	-3.157.477,18	1.911.931,70	-16.617,74

Fonte: Contas Anuais

## 5. RESULTADO FINANCEIRO (BALANÇO PATRIMONIAL)

O resultado financeiro, que é a diferença entre ativo financeiro e passivo financeiro, revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.

No exercício de 2011 é possível verificar equilíbrio entre os direitos e as obrigações de curto prazo processados, uma vez que o executivo municipal dispõe de R\$ 2,46 para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CONSOLIDADO</b>	<b>CÂMARA</b>	<b>PREFEITURA</b>
Ativo Financeiro	1.889.775,61	135,01	1.889.640,60
Passivo Financeiro	766.762,48	0,07	766.762,41
<b>Resultado Financeiro (Déficit / Superávit)</b>	<b>1.123.013,13</b>	<b>134,94</b>	<b>1.122.878,19</b>
<b>Quociente da Situação Financeira</b>	<b>2,46</b>	<b>1928,71</b>	<b>2,46</b>
Passivo Financeiro ( Excluídos os R. P. Não Processados)	271.802,62	0,07	271.802,55
<b>Quociente da Situação Financeira ( Excluídos os R. P. Não Processados)</b>	<b>6,95</b>	<b>1928,71</b>	<b>6,95</b>

Fonte: Contas Anuais

A série histórica do quociente da situação financeira, no período 2008/2011, indica capacidade do poder executivo em administrar seus

compromissos de pagamentos imediatos, exceto em 2009, conforme se pode observar:

Período		Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Quociente da Situação Financeira *	Quociente da Situação Financeira (excluídos os R. P. Não Processados)
0	Executivo	481.322,88	5.079,10	<b>94,77</b>	<b>94,77</b>
	Consolidado	481.432,97	13.413,91	<b>35,89</b>	<b>35,89</b>
2009	Executivo	542.924,39	1.532.996,34	<b>0,35</b>	<b>0,35</b>
	Consolidado	542.924,39	1.541.440,31	<b>0,35</b>	<b>0,35</b>
2010	Executivo	1.256.007,49	116.698,46	<b>10,76</b>	<b>10,76</b>
	Consolidado	1.256.007,49	116.698,46	<b>10,76</b>	<b>10,76</b>
2011	Executivo	1.889.640,60	766.762,41	<b>2,46</b>	<b>6,95</b>
	Consolidado	1.889.775,61	766.762,48	<b>2,46</b>	<b>6,95</b>

## 6. DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Pública do Município, em 31/12/2011, totalizava **R\$ 1.181.445,66** (um milhão, cento e oitenta e um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), constituindo-se de dívidas fluante e fundada:

Títulos	Saldo Exercício 2010	Movimentação no Exercício			Saldo em Dez/2011
		Inscrição	Pagamento	Cancelamento	
<b>DÍVIDA FLUTUANTE</b>	<b>116.698,46</b>	<b>1.471.725,50</b>	<b>821.428,59</b>	<b>232,89</b>	<b>766.762,48</b>
Restos a Pagar - Exercícios anteriores - Processado	55.345,42	0,00	55.112,53	232,89	0,00
Restos a Pagar – 2011 – Processado	0,00	220.739,25	0,00	0,00	220.739,25
Restos a Pagar – 2011 - Não Processado	0,00	494.959,86	0,00	0,00	494.959,86
Depósitos e consignações	61.353,04	756.026,39	766.316,06	0,00	51.063,37
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA</b>	<b>502.395,17</b>	<b>26.400,00</b>	<b>114.111,99</b>	<b>0,00</b>	<b>414.683,18</b>
LEI 305/00 – INSS	502.395,17	26.400,00	114.111,99	0,00	414.683,18

<b>TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA</b>	<b>619.093,63</b>	<b>1.498.125,50</b>	<b>935.540,58</b>	<b>232,89</b>	<b>1.181.445,66</b>
--------------------------------	-------------------	---------------------	-------------------	---------------	---------------------

Fonte: Contas Anuais

Ao confrontar as disponibilidades com as obrigações financeiras no período 2011, excluídos os Restos a Pagar não Processados, constata-se que a Administração Direta apresentou **suficiência financeira** para saldar os compromissos de curto prazo, correspondendo a 695,01% sobre o total das obrigações. No resultado consolidado – que abrange as administrações Direta e Indireta – a gestão municipal apresentou disponibilidade financeira de 695,28% em relação às obrigações, conforme demonstra o quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	ADM. DIRETA
Disponibilidade Financeira	1.889.775,61	1.889.051,34
Obrigações Financeiras	-766.762,41	-766.762,41
Restos a pagar não processados	494.959,86	494.959,86
Obrigações Financeiras menos restos a pagar não processados	271.802,55	271.802,55
Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados	1.617.973,06	1.617.248,79
<b>% da Disponibilidade Financeira em relação às obrigações</b>	<b>695,28%</b>	<b>695,01%</b>

Fonte: Contas Anuais

A série histórica do saldo da Dívida Pública, no período 2008/2011, demonstra oscilações, conforme se observa a seguir:

Histórico do Saldo da Dívida Pública				
ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011
Saldo da Dívida Pública	186.277,04	3.220.089,88	619.093,63	1.181.445,66
Variação %	-	1628,66%	-80,77%	90,83%

Fonte: Site TCE-MT, Contas Anuais

## 7. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A série histórica dos limites constitucionais e legais, no período

2008/2011, é apresentada a seguir:

	2008	2009	2010	2011
<b>Aplicação na Educação</b>	34,28%	35,93%	29,88%	30,18%
<b>Aplicação na Saúde</b>	16,38%	17,98%	27,41%	16,10%
<b>FUNDEB</b>	86,63%	100,00%	100,00%	63,66%
<b>Despesa de Pessoal</b>	41,70%	54,69%	54,54%	47,84%
<b>Repasse para Legislativo</b>	8,00%	7,64%	6,99%	6,87%

#### 8. LICITAÇÕES REALIZADAS.

Durante o exercício, a Prefeitura de **Araguaiana** realizou **43** procedimentos licitatórios no total de R\$ 5.594.757,55, conforme detalhamento a seguir:

Descrição	Quantidade	% - (Qtde)	Valor da Proposta Vencedora	% - (R\$)
Convite para compras e serviços	30	69,77%	R\$ 956.549,53	17,10%
Convite para obras e serviços de engenharia	1	2,33%	R\$ 135.412,93	2,42%
Tomada de preço para compras e serviços	3	6,98%	R\$ 359.019,10	6,42%
Pregão Presencial	9	20,93%	R\$ 4.143.775,99	74,07%
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>0%</b>	<b>R\$ 5.594.757,55</b>	<b>100%</b>

FONTE: APLIC

#### 9. DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES.

Houve o registro de **03 (três)** representações internas, até a data de inclusão do presente processo em pauta de julgamento.

PROCESSO	OBJETO	SITUAÇÃO	ATUAL FASE (05/09/2012)
16.296-5/2011	Representação interna proposta pela SECEX de obras e serviços de engenharia referente a indícios de irregularidades e inadimplência no envio de informações pelo sistema geo obras referente ao 1 quadrimestre/2011	Representação julgada procedente em 18/04/2012	Arquivado
17.181-6/2011	Representação proposta pela 2 SECEX referente ao descumprimento do prazo de envio de documentos e informações da LOA/2011	Representação julgada procedente em 21/08/2012	Encontra-se na Gerência de Controle de Processos Diligenciados aguardando prazo de renotificação
556-8/2012	Representação interna proposta pela SECEX de obras e serviços de engenharia referente a indícios de irregularidades no envio de informações pelo sistema geo obras referente ao 2 quadrimestre/2011	Representação julgada procedente em 25/07/2012	Encontra-se no Núcleo de Certificação e Controle de Sanções para verificar cumprimento de decisão.

## 10. DO RELATÓRIO TÉCNICO DE AUDITORIA.

Sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo da Segunda Relatoria, o Auditor Público Externo, Carlos Eduardo Amorim França e a Técnica de Controle Público Externo, Marisete Bertaglia Verano de Aquino, após os trabalhos de auditoria, tomando por base informações prestadas a este tribunal através do Sistema APLIC, como também das informações extraídas dos sistemas informatizados da entidade, elaboraram o relatório de preliminar de fls. 253-271-TCE, relacionando **04 (quatro)** irregularidades.

Efetuada a citação regimental, conforme documento que consta às fls. 274-TCE, o gestor, **Pedro Paschoal Rodrigues Alvares**, apresenta sua defesa com as justificativas e documentos que entendeu, pertinentes às fls. 280/414-TCE. Após a análise, a equipe técnica concluiu, às fls. 416/420-TCE, pela permanência de **02 (duas)** irregularidades classificadas como graves pela Resolução Normativa

17/2010-TCE/MT, conforme a seguir:

**9.1. JB 01. Despesa\_Grave\_01.** Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar 101/2000 – LRF, art. 4º da Lei 4.320/1964).

9.1.1 – pagamentos de juros e multas relativos a recolhimento em atraso do PASEP e contribuição sindical (item 3.2.1);

**9.2. KB 10 - Pessoal\_Grave.** Não provimento dos cargos de natureza permanente mediante concurso público (art. 37, II, da Constituição Federal):

9.2.1. Não provimento do cargo de Contador mediante concurso público (itens 2 e 3.4.2).

## 11. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Submetido o processo à apreciação do Ministério Público de Contas, o Procurador, Dr. Gustavo Coelho Deschamps, através do Parecer 3546/2012 (fls. 423/430-TCE), manifestou-se no sentido de julgar **regulares** as **Contas Anuais de Gestão da Prefeitura** Municipal de Araguaiana, exercício de 2011, sob a responsabilidade do Sr. Pedro Paschoal Rodrigues Alvares, **com recomendações, e aplicação de multa** ao gestor, em razão da **irregularidade 9.2.**

**Esse é o Relatório.**